



Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

TERMO DE REFERÊNCIA

1. 1. OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada para instalação de PAPI, Biruta Iluminada, Farol Rotativo, Infraestrutura Elétrica e Iluminação do Pátio no aeroporto Brigadeiro Camarão (SBVH), no município de Vilhena/RO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD
01	Contratação de empresa especializada para instalação de PAPI, Biruta Iluminada, Farol Rotativo, Infraestrutura Elétrica e Iluminação do Pátio no aeroporto Brigadeiro Camarão (SBVH), no município de Vilhena/RO	Unid	01

2. OBJETIVO

O presente termo se destina a descrever os equipamentos, materiais e a execução dos serviços de engenharia especializada, necessários à implantação e homologação dos Auxílios de Proteção ao Voo e conexos, abaixo relacionados, necessários à operação em IFR com vistas a dar confiabilidade e segurança aos procedimentos de aproximação, pouso e decolagem de aeronaves no Aeroporto de Vilhena – RO:

- PAPI
- Farol Rotativo de Aeródromo.
- Biruta Iluminada.
- Infraestrutura Elétrica.
- Iluminação de Pátio de Aeronaves.

3. JUSTIFICATIVA:

3.1. **O Aeroporto de Vilhena (SBVH) está cadastrado com Código de Pista 3C para voos IFR, com aeronave categoria E-195. A necessidade de execução de melhorias operacionais e de segurança se justifica devido a projeção do aumento de operações regulares e o pleito de operações mais exigentes.**

3.2. A Contratação de empresa especializada para instalação de PAPI, Biruta Iluminada, Farol Rotativo, Infraestrutura Elétrica e Iluminação do Pátio promoverá a melhoria na segurança nos procedimentos de pouso e decolagem em condições adversas de visibilidade, desta forma tornará as operações aéreas mais seguras no referido aeródromo, evitando cancelamento de voos, bem como resultando em uma maior procura por parte das companhias aéreas para a implantação de novos voos tendo em vista a modernização do Aeroporto de Vilhena (SBVH);

3.3. Considerando as necessidades acima referidas, foi celebrado o Termo de Compromisso nº 010/2020 (ID 0020081550) entre a União, por intermédio do Ministério de Infraestrutura - MINFRA e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Rondônia, para o instalação de PAPI, Biruta Iluminada, Farol Rotativo, Infraestrutura Elétrica e Iluminação do Pátio no aeroporto Brigadeiro Camarão (SBVH), no município de Vilhena/RO com sua publicação em diário oficial conforme o ID (0021515963).

3.4. Assim, se justifica a abertura de processo licitatório para contratação de empresa especializada visando à execução dos serviços abaixo relacionados, em conformidade com o previsto no referido Termo de Compromisso:

- a) instalação de PAPI, Biruta Iluminada, Farol Rotativo, Infraestrutura Elétrica e Iluminação do Pátio no aeroporto Brigadeiro Camarão (SBVH), no município de Vilhena/RO

4. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

4.1. Para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá observar as normas relacionadas a seguir:

- 4.1.1. Normas da ICAO;
- 4.1.2. Normas do Departamento de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - DECEA;
- 4.1.3. NSMA 85-1 – Normas de Edificações do Ministério da Aeronáutica;
- 4.1.4. ICA 100-1 - Requisitos para operação VFR ou IFR em aeródromos;
- 4.1.5. ICA 63-10/2020 - estabelece normas e procedimentos para implantação, homologação, operação, controle e desativação de EPTA;

- 4.1.6. ICA 63-19 - Critérios de análise técnica da área de aeródromos;
- 4.1.7. Airport Services Manual, Part 5 e 6 da ICAO;
- 4.1.8. Advisory Circular n.º 150/5345-28D - PAPI Systems;
- 4.1.9. Advisory Circular n.º 150/5345-1 - Approved Airport Lighting - Equipment;
- 4.1.10. Advisory Circular n.º 150/5345-26 - Plug and receptacle, cable connectors;
- 4.1.11. Advisory Circular n.º 150/5345-47 - Isolation Transformers;
- 4.1.12. NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão;
- 4.1.13. NBR 5111 - Fios de cobre nu de seção circular para fins elétricos;
- 4.1.14. NBR 6880 - Condutores de cobre para cabos isolados;
- 4.1.15. NBR 7732 - Cabos de Média tensão para Auxílios Aeroportuários;
- 4.1.16. NBR 7289 - Cabos de controle com isolamento sólida extrudada com polietileno (PE) cloreto de polivinila (PVC) para tensões até 1 kV;
- 4.1.17. Portaria nº 957/GC3 - Dispõe sobre as restrições aos objetos projetados no espaço aéreo que possam afetar adversamente a segurança ou a regularidade das operações aéreas, e dá outras providências;
- 4.1.18. Regulamento Brasileiro Da Aviação Civil - RBAC n.º 154, emenda 06;
- 4.1.19. Lei n.º 8.666/1993 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- 4.1.20. Normas Técnicas Específicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- 4.1.21. As informações contidas nestas especificações prevalecem em caso de interpretações dúbias, sobre quaisquer outras normas ou especificações. Os pontos omissos deverão obedecer às normas internacionais pertinentes ao assunto.

5. ASPECTOS GERAIS

- 5.1. A CONTRATADA executará a instalação de PAPI, Biruta Iluminada, Farol Rotativo, Infraestrutura Elétrica e Iluminação do Pátio no aeroporto Brigadeiro Camarão (SBVH) conforme Projetos, Memoriais descritivos e Especificações Técnicas descritos no anexo I - item 31, com todos os elementos necessários e suficientes, à execução completa da obra e do serviço de fornecimento da instalação de PAPI, Biruta Iluminada, Farol Rotativo, Infraestrutura Elétrica e Iluminação do Pátio no aeroporto Brigadeiro Camarão (SBVH), nos termos da Lei n.º 8.666/1993.
- 5.2. Os serviços a serem desenvolvidos pela CONTRATADA corresponde à execução completa da obra e do serviço de fornecimento da instalação de PAPI, Biruta Iluminada, Farol Rotativo, Infraestrutura Elétrica e Iluminação do Pátio no aeroporto Brigadeiro Camarão (SBVH), de modo a apresentar a melhor solução do ponto de vista técnico, econômico-financeiro e de segurança.
- 5.3. A CONTRATADA obriga-se a obter todas as autorizações, licenças e franquias necessárias à execução dos serviços, a pagar as taxas e os emolumentos prescritos, a observar todas as leis, regulamentos e posturas referentes ao serviço e à segurança pública, bem como proceder ao pagamento do seguro de seu pessoal, o pagamento das obrigações trabalhistas e o consumo de telefone, água, luz e força que digam respeito aos serviços contratados. A observância de leis, regulamentos e posturas a que está referido este item, deverá abranger as exigências do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Comando da Aeronáutica (COMAER) e de outros órgãos legais.
- 5.4. Quando ocorrerem deslocamentos de profissionais da CONTRATADA para a realização de serviços topográficos, inspeções e coletas de dados no aeródromo, a equipe de FISCALIZAÇÃO deverá ser avisada com antecedência e as autorizações necessárias deverão ser disponibilizadas em tempo hábil pelo CONTRATANTE.
 - 5.4.0.1. Durante a execução do contrato serão realizadas reuniões de trabalho entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, sempre que uma das partes julgar necessário. Tais reuniões deverão ocorrer por meio e local a ser definido pelo CONTRATANTE e eventuais deslocamentos decorrentes ocorrerão às expensas da CONTRATADA.
- 5.5. A CONTRATADA indicará um Coordenador que será o ponto focal de contato com a CONTRATANTE e sua equipe de FISCALIZAÇÃO, ao longo da execução de todo o contrato, o qual responderá pela coordenação e planejamento da execução dos serviços contratados.
- 5.6. A CONTRATADA está obrigada, às suas próprias custas, ao cumprimento de toda e qualquer formalidade relacionada ao pagamento das multas que venham, porventura, a ser impostas pelas autoridades competentes.

6. DO CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

- 6.1. É de total responsabilidade da empresa a ser Contratada o cumprimento das normas ambientais vigentes para a aquisição e execução do objeto deste instrumento, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;
- 6.2. A empresa a ser Contratada deverá tomar todos os cuidados necessários para que da consecução dos serviços não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;
- 6.3. A empresa a ser Contratada deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto deste instrumento;

6.4. A empresa a ser Contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º e 6º, no que couber bem como, o artigo 6º, inciso I do Decreto Estadual n. 21.264/2016.

6.5. Conforme dispõe o Capítulo III, art. 5º, inciso III da Instrução Normativa/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, poderá ser exigido o seguinte critério de sustentabilidade ambiental: "que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento".

6.6. Conforme dispõe o artigo 6º, inciso I do Decreto Estadual n. 21.264/2016, poderá ser exigido o seguinte critério de sustentabilidade ambiental: " Art. 6º. Quando da aquisição de bens poder-se-á exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental: I - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável".

7. DO CRITÉRIO DE ESTIPULAÇÃO DOS QUANTITATIVOS

7.1. Os critérios estabelecidos para estipular os quantitativos foram realizados conforme demonstrado na Planilha Orçamentária acostada através ID (0020096023), tendo em vista a composição dos BDIs adotados conforme declaração ID (0021541146).

8. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

8.1. DESCRIÇÃO DO PAPI - CARACTERÍSTICAS GERAIS

O Sistema PAPI tem por objetivo fornecer ao piloto uma indicação visual de rampa segura, composta por 5 (cinco) combinações de luzes, durante o procedimento para aproximação e pouso.

O Sistema, no Aeroporto em pauta, será unilateral, formado por 4 (quatro) unidades de luz dispostas perpendicularmente à pista, em cada cabeceira, com sua locação em relação à cabeceira e os respectivos afastamentos laterais em relação à pista, indicados nos desenhos n.º SBVH-020/PAPI-03-21, SBVH-021/PAPI-03-21 e SBVH028/PAPI-03-21.

Cada unidade de luz é formada por 2 (dois) projetores, que emitirão 2 (duas) cores (branca e vermelha), separadas por uma zona de transição mínima de aproximadamente 3' (três minutos) de arco.

Quando o piloto efetuar a aproximação na rampa de 3º (três graus), verá as 2 (duas) unidades mais próximas da lateral da pista, na cor vermelha, e as 2 (duas) mais afastadas na cor branca. Caso haja um aumento progressivo da cor vermelha ou branca, o piloto interpretará como abaixo ou acima, respectivamente, da rampa ideal para aproximação.

8.1.1. COMPONENTES DO SISTEMA PAPI

8.1.1.1. Unidade de Luz UL-400 - 4 RE - 001.030

A Unidade de Luz é o componente do sistema responsável pelas projeções luminosas, branca e vermelha que criam a zona de trajetória, aproximação e pouso de aeronave, é composta por 04 lentes plano convexas.

Quantidade: 04 Unidades em cada cabeceira.

8.1.1.2. Conjunto Pé Frangível RE - 001.004

O conjunto é formado por quatro unidades para cada Unidade de Luz. É fabricado em alumínio fundido e cada unidade compõe-se de:

- Base do pé para fixação à base de concreto;
- Suporte frangível, fabricado com especificações apropriadas para quebrar-se com o impacto de aeronaves;
- Cabeçote metálico para fixação do parafuso de ajuste fino e ajuste grosso;
- Anel e porcas sextavadas do aperto do tubo de extensão, para ligação do conjunto de pés frangíveis à Unidade de Luz.

Quantidade: 16 Unidades em cada cabeceira.

8.1.1.3. Transformador de Isolamento RE - 001.007

O Transformador de Isolamento é fabricado totalmente encapsulado em borracha especial, a fim de permitir o funcionamento do mesmo sob a água. Tem como função a alimentação da lâmpada dentro do circuito série.

Quantidade: 08 Unidades em cada cabeceira.

8.1.1.4. Regulador de Corrente Constante RE - 001.052

O equipamento consiste de um Transformador de Corrente Constante (TCC) com regulação de brilho no primário, operando por dispersão magnética, com controle seletivo de brilho local/remoto, formando um único conjunto mecânico montado em bastidor. O equipamento dispõe ainda de leitura de corrente de saída, além de chaveamentos de sobre correntes e ausência de carga.

Quantidade: 01 Unidade em cada cabeceira

8.1.1.5. Painel de Controle Remoto RE – 001.018

Tem como função o comando à distância do Regulador de Corrente Constante. É constituído de uma chave seletora de brilho, chave liga/desliga e chave de transferência local/remoto. Normalmente é instalado na Torre de Controle ou Sala de Operações do Aeroporto.

Quantidade: 01 Unidade em cada cabeceira

8.1.1.6. Régua de Aferição RE – 001.056

É o instrumento de alinhamento preciso, utilizado para realizar a inclinação do eixo ótico da unidade de luz ao ângulo de ajuste desejado. Um setor graduado para marcação da elevação, uma barra que será a referência longitudinal necessária à colocação do azimute e da elevação.

Quantidade: 01 Unidade em cada cabeceira.

8.1.1.7. Kit Conector de 5 KV RE – 001.090

Conjunto de peças destinado a interligação do cabo energia ao Transformador de Isolamento, constituído de plugue e receptáculo formado em borracha especial com isolamento para 5 kV e, 2 pinos metálicos para conexão em cabo de seção nominal 10 mm².

Quantidade: 04 Unidades em cada cabeceira.

8.1.1.8. Cabo conector duplo RE – 001.094

Destinado a interligações do Transformador de Isolamento à lâmpada halógena da Unidade de Luz, consiste de um cabo duplo de energia 2 x 1,5 mm², de isolamento 600 V, 25 A, com comprimento de 1,20 m, possuindo em uma das extremidades um conector (plugue) moldado em borracha especial, com isolamento para 600 V.

Quantidade: 08 Unidades em cada cabeceira.

8.1.1.9. Abrigo metálico RE 001.071

Destinado à instalação do Transformador de Isolamento, consiste de um cilindro de ferro galvanizado à quente (fogo), com junta de borracha, prensada.

Quantidade: 04 Unidades em cada cabeceira.

8.1.1.10. Placa suporte RE - 001.014

Destinado ao fechamento do abrigo metálico. Consiste de uma placa de ferro fundido com 2 (duas) furações para passagem do cabo central do transformador de isolamento, com 2 (duas) canoplas de fixação.

Quantidade: 04 Unidades em cada cabeceira.

8.2. DESCRIÇÃO DO FAROL ROTATIVO - CARACTERÍSTICAS GERAIS

Deverá ser prevista a instalação de um novo Farol Rotativo de Aeródromo, cuja finalidade é identificar e indicar a localização de um aeródromo à longa distância, devendo atender à operação VFR/DIURNO E NOTURNO, conforme descrito no RBAC154 – Projeto de Aeródromos.

A sinalização luminosa aparece em qualquer ponto ao longo de 360º no azimute como uma fonte de luz emitindo flashes de luz branca e verde (aeronáutico) e deve ser visualizado de ambas as cabeceiras. Dessa forma, deve-se fornecer a instalação do farol rotativo com 2 projetores de configuração simples.

O farol rotativo é alimentado por um circuito de cabo de cobre multipolar de energia de seção nominal 10mm², 0,6/1KV, proveniente da subestação de energia.

O circuito de alimentação percorre o caminho da subestação até o farol rotativo dentro de eletrodutos de 2 polegadas e caixas de passagem de concreto. Deve-se aterrar a estrutura metálica do poste que suporta o farol rotativo, através de cabo de cobre nu de 50mm² e haste de aterramento de 3/4" X 3 mts.

A localização do farol deverá obedecer a rampa de transição (1/5), a partir da faixa de pista condizente com a categoria do aeródromo de acordo com as normas aeronáuticas vigentes, a fim de não oferecer riscos aos procedimentos de pouso e decolagem.

Todos os componentes do farol rotativo a ser implantado, deverão ser fabricados de acordo com as Normas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e com as Normas internacionais da Federal Aviation Administration – FAA e Anexo 14 da ICAO.

8.2.1. COMPOSIÇÃO FAROL ROTATIVO

Preferencialmente, o farol rotativo projetado para o Aeroporto Municipal de Vilhena deverá possuir as seguintes características:

Projetores de Luz: conforme norma AC 150/5345 da FAA. As lâmpadas devem ser acondicionadas em receptáculos (abrigos) fundidos em alumínio com dissipadores de calor moldados em toda a sua circunferência;

- Lâmpadas: 1.000 W / 120 VAC / PAR64;
- Intensidade de luz mínima: 2.000 cd (luz branca);
- Fixação das lâmpadas: através de grampos removíveis pela frente;
- Lentes: Uma branca e uma verde (aeronáutico);
- Ângulo de visibilidade: 360°;
- Frequência total dos flashes: 20 – 30 min; e
- Controle Remoto, para acionamento do farol à distância.

8.3. DESCRIÇÃO BITURA ILUMINADA - CARACTERÍSTICAS GERAIS

A Biruta Iluminada se destina a fornecer a direção visual de vento de superfície aos pilotos quando em voo ou no solo nos aeroportos ou heliporto.

A Biruta Iluminada, deverá atender totalmente a norma FAA AC-150/5345- 27C, padrões L-806 e L-807, e ABNT 12647, no que tange à resposta às diferentes cargas de vento, durabilidade, construção mecânica, frangibilidade, bem como a outras características técnicas.

8.3.1. COMPOSIÇÃO BÁSICA BIRUTA ILUMINADA

A Biruta Iluminada especificada deverá ter:

- 01 Mastro articulado com 6 m de altura.
- 04 projetores LED de 20 W (IP 67)
- 01 luz de obstáculo com globo na cor vermelho e lâmpada LED de 9 W
- 01 foto – célula
- 01 cone de vento em nylon de Ø 0,90m por 2,40m de comprimento na cor na cor laranja ou amarelo.

8.4. DESCRIÇÃO PLACA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL (PAINEL VERTICAL) - CARACTERÍSTICAS GERAIS

O Pannel de Sinalização Vertical Luminoso de Aeródromo, se destina a fornecer uma informação visual para o piloto quando em procedimento de rolamento para o taxiamento da aeronave após o pouso, para o pátio de estacionamento ou ainda o seu deslocamento para uma cabeceira afim de decolagem.

Para a PPD do aeroporto de Vilhena, foram especificados 07 Painéis, conforme Projeto Executivo.

Os Painéis de Sinalização Vertical utilizam o emprego de Diodo Emissor de Luz (LED) como fonte luminosa.

O sistema será alimentado pelo circuito proveniente do RCC do Balizamento luminoso da PPD, instalado na KF.

Os painéis e materiais fornecidos atendem aos critérios do Anexo 14, Vol. I da Convenção de Aviação Civil Internacional (ICAO).

Os painéis e materiais fornecidos atendem as quantidades e dimensões especificadas na planta, acompanhados de, no mínimo, um Manual de Instrução na língua Portuguesa (Brasil). Para garantir os requisitos de redução de energia e de manutenção dos painéis da Sinalização Vertical, a fonte de luz do painel utiliza LED's (TUBOLAR LED) montados em tubos.

Para garantir a robustez e a durabilidade, os conjuntos de tubos de luz do LED devem usar o processo de construção de co-extrusão do plástico.

Para maximizar a segurança do pessoal de manutenção, a tensão dentro de qualquer ponto do painel não deve ser maior do que 240 Vdc.

Para garantir a máxima visibilidade do piloto, o painel tem que ter uma face vertical plana e apresentar uniformidade de iluminação igual ou superior às especificações da FAA. Os pontos a serem medidos no painel estão definidos no item 4.1.1.3 da AC 150/5345-44. As medições devem ser efetuadas em uma grade de 3 polegadas sobre toda a face do painel, com afastamento mínimo de 7,62 cm (3") da borda do quadro do painel. A média de todas as medições deve ser entre 107,7 e 323,1 lux (10 e 30 pés-candela). A relação entre luminância máxima e mínima sobre a face total do painel excede 5:1. Medições de grades adjacentes não excedem a razão de luminância de 1,5:1.

O painel não utiliza divisores sobre mensagens contínuas, tem a capacidade de incluir divisores de painel entre diferentes tipos de mensagens, o que reduz o custo de substituição se um painel precisar ser alterado. O painel deve usar uma estrutura parafusada, com campo fácil de reparação/renovação para a redução de custos de reparação. O painel deve usar menos

pernas em módulos com várias mensagens do que os painéis convencionais. O número de pernas deve ser $N + 1$, com N igual ao número de módulos. Para garantir o menor custo de instalação, a largura das bases de concreto do painel não deve exceder 60 cm.

A maioria dos painéis é do Modo 2 – capaz de suportar cargas de vento de, no mínimo, 322 km/h. O flange do piso do painel tem apenas dois furos de fixação para minimizar os custos de instalação e usar menos parafusos âncora. Entretanto, os painéis localizados próximos da área de teste de motores são do Modo 3, que resistem a uma rajada de vento forte de até 483 km/h, com quatro furos de fixação.

8.4.1. **COMPOSIÇÃO BÁSICA PLACA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL (PAINEL VERTICAL)**

O painel é constituído de uma carcaça de alumínio rígida, autossustentável, sendo sua construção modular, com elementos comuns de componentes mecânicos e elétricos em toda a extensão do painel.

As partes externas que envolvem o painel são pintadas em acabamento fosco branco 9016 RAL.

A montagem dos componentes mecânicos do painel é por meio de parafusos ou dispositivos semelhantes que facilitam a reparação dos painéis danificados acidentalmente.

O painel de legenda de policarbonato é retardador de chama, resistente aos raios ultravioletas e a abrasão. Sua espessura não excede a 4 mm. A mensagem é obtida através da aplicação, na face interna do painel, de um único filme autocolante, por meio de processo a vácuo. Nenhuma pintura é utilizada. A legenda do painel é uma peça única, sem costuras, para painéis de todos os tamanhos.

Para permitir sua quebra em caso de impacto, as pernas dos painéis incluem um sulco de enfraquecimento de modo a torná-lo frangível.

Cada perna tem um dispositivo para fixar um cabo de segurança para manter os painéis presos aos flanges em caso de quebra das pernas. As pernas devem se prolongar internamente sobre a altura do painel e, assim, participar ativamente na sua resistência mecânica.

A iluminação do painel é realizada através de luz indireta de LED com um tempo de vida não inferior a 50.000 horas.

Os requisitos de alimentação não excedem 100 W e 100 VA por metro de comprimento de painel, independentemente de sua altura.

A fonte de alimentação é de 6.6 A. Conversores variáveis dispostos em série devem ter um fator de potência de no mínimo 0,9 e são instalados dentro do painel.

A substituição da fonte luminosa não exige nenhuma ferramenta.

Não é necessária a remoção da parte frontal do painel ou outras partes sensíveis aos efeitos do vento em grandes painéis para solucionar problemas ou substituição das tiras/lâmpadas tubulares de LED.

O painel tem proteção classe IP 34, ou melhor.

O painel inicia e opera com confiabilidade a temperaturas do ar ambiente entre - 40°C a + 55°C

O painel é entregue completamente montado e testado, com seus flanges de montagem, pronto para instalação.

8.5. **ILUMINAÇÃO DE PÁTIO DE AERONAVES - CARACTERÍSTICAS GERAIS**

A iluminação de pátio de estacionamento de aeronaves se destina a auxiliar o piloto na visualização segura para os procedimentos orientativos a serem seguidos para o estacionamento da aeronave, ou ainda na saída do pátio para a pista.

Para a iluminação de Pátio de Aeronaves, utilizou-se um número total de 5 postes de iluminação de 09 metros, cada um com 4 Projetores LED de 400W. Para cada poste dimensionou-se a pintura a base de resina de silicone em concreto, bem como o conjunto de lâmpadas para cada poste, além do gradil de proteção e toda a infraestrutura de cabeamento necessária, conforme Projeto Executivo.

A localização da iluminação de pátio deverá obedecer a rampa de transição (1/5), a partir da faixa de pista condizente com a categoria do aeródromo de acordo com as normas aeronáuticas vigentes, a fim de não oferecer riscos aos procedimentos de pouso e decolagem.

Sobre o circuito de alimentação da iluminação de pátio de aeronaves, será lançado um ramal subterrâneo de cabo de cobre multipolar 10mm², 0,6/1KV, protegido por eletrodutos corrugados flexíveis de 3 polegadas, saindo da Subestação de energia, passando pelas caixas de passagem de concreto até cada um dos postes de iluminação de pátio. A plataforma reforçada de ferro deverá ser aterrada por meio de cabo de cobre Nu de 50 mm² e haste de aterramento de 3/4" X 3 metros.

8.6. **CABOS**

Os cabos de potência a serem aplicados no projeto deverão ser:

a) Deverão ser formados por cabos de cobre, têmpera mole, isolamento em PVC 70°, classe de tensão 0,6/1kV para instalações de uso geral. Deverão ter características auto extingüíveis não propagantes de chamas. Observar a utilização de cabos livres de halogênio e com emissão de fumaça e gases tóxicos, onde definido por norma (conforme NBR 5410). Terão encordoamento classe 2 e identificação por cores, sendo azul, branco e vermelho para as fases, preto para o neutro e verde para o condutor de proteção. Deverão ser fabricados conforme a norma NBR 6148, tipo Pirastic da Pirelli, ou equivalente técnico normalizado.

b) Os cabos destinados à alimentação dos quadros, que forem embutidos em pisos e os tubulados em dutos externos a Casa de Força (KF) ou sala de controle/EPTA, sujeito à umidade, deverão ser de cobre têmpera mole, encordoamento classe 2, isolamento em PVC e cobertura em PVC, auto extingüíveis e não propagantes de chamas, classe de tensão 0,6/1 kV, conforme norma NBR 7288.

Será exigido Laudo Técnico de Ensaio do lote do cabo adquirido, conforme NBR-7289 e demais.

9. DESCRIÇÃO SUCINTA DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

9.1. INFRAESTRUTURA

- Mobilização de pessoal;
- Mobilização de máquinas e ferramentas;
- Construção de canteiros de obras;
- Escavações e cortes no terreno;
- Construção de Bases de Concreto
- Construção de linha de dutos;
- Construção de caixas de passagem;
- Poços de Aterramento;
- Recomposição do Terreno.

9.2. MONTAGENS/INSTALAÇÃO

- Instalação dos Auxílios
- Instalação dos abrigos metálicos e acessórios;
- Montagem das Unidades de Luz; - Instalação das Unidades de Luz;
- Instalação dos Transformadores de Isolamento;
- Instalação dos Kits Conectores 5 KV;
- Instalação de Regulador de Corrente Constante (RCC);
- Instalação de Pannel de Controle Remoto.

9.3. INSTALAÇÕES ELETRICAS

- Lançamento dos Cabos dos Circuitos
- Lançamento e interligação de cabos de energia;
- Lançamento e interligação de cabos de comando;
- Aterramento elétrico das Unidades de Luz e RCC;
- Lançamento do Condutor de Aterramento e Ligações.

9.4. TESTES DE OPERACIONALIDADE

- Ajustes angulares das Unidades de Luz;
- Testes e ajustes de operacionalidade do Sistema PAPI.

9.5. HOMOLOGAÇÃO

- Acompanhamento do ground-check;
- Acompanhamento do vôo de homologação.

10. PRODUTOS A SEREM ENTREGUES PELA CONTRATADA

10.1. Deverão ser entregues pela contratada ao contratante a devida instalação de PAPI, biruta iluminada, farol rotativo, infraestrutura elétrica e iluminação do pátio conforme projetos básicos, executivos, memorial descritivo e especificações técnicas;

10.2. A Instalação deverá observar e respeitar todas as normas técnicas pertinentes;

10.3. A instalação deverá ter a identificação e assinatura dos engenheiros/técnicos responsável pela execução, juntamente com a apresentação das respectivas anotações de responsabilidade técnicas – art.

11. LOCAL DE ENTREGA

11.1. Os serviços serão executados nas dependências do **Aeroporto de Vilhena - SBVH**, localizado na Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 6650, situado no município de Vilhena/RO.

12. PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. O prazo previsto para execução total dos serviços será de **120 (cento e vinte)** dias corridos, após a emissão da Ordem de Serviço pelo DER/RO, conforme cronograma físico-financeiro, acostado através do ID (0020102128)

13. DO INÍCIO DOS SERVIÇOS:

13.1. Os serviços deverão iniciar no prazo máximo de **48 (quarenta e oito horas)** após o recebimento pela empresa Contratada da Ordem de Serviço emitida pelo DER/RO.

14. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

14.1. Os serviços contratados serão executados de forma indireta, através do regime de empreitada por preço global, para atender o DER/RO nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02;

14.2. Os participantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente à presente contratação, dirimindo, tempestivamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões, eis que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos;

14.3. Para a execução dos serviços, a empresa contratada deverá atender às exigências contidas neste **TERMO DE REFERÊNCIA** e seus anexos, bem como as especificações técnicas da **AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, AERONÁUTICA** e demais órgãos internacionais de regulamentação de segurança na aviação civil, tendo em vista que as atividades desempenhadas em aeroportos devem atender à uma série de exigências previstas em legislação específica.

14.4. A empresa contratada, além de ser idônea, deverá ter experiência com serviços inerentes à atividade de construção civil de forma a resguardar o interesse público e principalmente a segurança na aviação civil, com a finalidade de manter as atividades regulares do **Aeródromo de Vilhena - SBVH**.

14.5. Os serviços contratados deverão ser executados de acordo com as normas e especificações técnicas da ANAC e do DER/RO.

15. FORMA DE RECEBIMENTO:

15.1. O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais engenheiros do DER/RO, nomeada pelo Diretor Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e nos Artigos de 73 a 76 da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações.

15.2. No caso do recebimento provisório, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação da Contratada quanto à conclusão dos trabalhos, e no caso de definitivo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento provisório. Em se dando ao recebimento caráter provisório, o qual não excederá 15 (quinze) dias, o DER/RO, poderá exigir os reparos e substituições convenientes, consignando-se os motivos.

15.3. A critério exclusivo da Comissão de Recebimento, poderão ser realizados análises nos materiais de forma a verificar a compatibilidade dos mesmos com as especificações constantes do Termo de Referência.

15.4. Sendo satisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recebimento Definitivo.

15.5. Caso insatisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o respectivo objeto integrante do Termo de Referência em questão será rejeitado, devendo ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias, quando se realizarão novamente as verificações necessárias.

15.6. Caso a substituição não ocorra neste prazo, a contratada incorrendo em atraso na entrega, estará sujeita à aplicação das sanções previstas.

15.7. Os custos da substituição do objeto rejeitado desta aquisição ocorrerão exclusivamente a expensas da contratada.

15.8. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar qualquer irregularidade detectada quando da utilização do mesmo.

15.9. À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento provisório e recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

16. DO PAGAMENTO:

16.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária e depósito em conta bancária informada pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

16.2. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 02 (duas) vias e apresentadas à Contratante para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número do contrato e da conta bancária da Contratada.

16.3. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas.

16.4. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$I = (TX/100)/365$ I =

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

16.5. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.6. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

16.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

17. DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

17.1. Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pelo índice setorial INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) correspondente ao presente objeto, tomando-se como base a data de abertura da proposta, através da seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I_i - I_o)}{I_o} \times V$$

R = Valor da parcela de reajustamento procurando.

I_o = Índice de preço verificado no mês de abertura da proposta que deu origem ao contrato.

I_i = Índice de preço referente ao mês de reajustamento.

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obras ou serviços a ser reajustado.

18. DO VALOR

18.1. O valor do objeto do Contrato foi orçado através do Projeto elaborado pela empresa REYCO - Sistemas e Serviços de Sinalização Ltda, detentora do CNPJ nº 08.834.928/0001-83, Inscrição Estadual nº 78.307.161, com sede no município de São João de Meriti/RJ, sendo o responsável técnico pela elaboração do projeto, o Engenheiro Eletricista, Rinaldo Abreu Rios, CREA n.º 149.032-D/RJ, ART nº 2020210055378 (ID 0020084879), utilizando as **Composições de Custos** com base na **Tabela SINAPI de Agosto de 2020**.

18.2. O valor estimado para a contratação deste objeto será de **R\$ 2.109.231,27 (Dois milhões, cento e nove mil, duzentos e trinta e um reais e vinte e sete centavos)**, conforme Planilha Orçamentária id nº (0020096023).

19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

19.1. Fonte de recursos: 100/216

19.2. Programa / atividade: 26.782.2106.2350

19.3. Elemento de Despesa: 44.90.51

20. DEVERES:

Além dos encargos determinados neste certame, por Leis, Decretos, Normas e/ou regulamentos, nos deveres e obrigações das partes também se incluem:

20.1. DA CONTRATADA:

20.1.1. A empresa deverá comparecer ao DER/RO no prazo máximo de **05 (cinco) dias** para o recebimento da ordem de início dos serviços;

20.1.2. Fazer, impreterivelmente, no prazo de **72 (setenta e duas) horas** entre a assinatura do Contrato e o início dos serviços, minucioso exame das especificações e projetos, de modo a poder em tempo hábil e por escrito, apresentar à fiscalização, todas as divergências ou dúvidas por ventura encontradas, para devido esclarecimento e aprovação, sob pena de preclusão;

- 20.1.3. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, regularidade ambiental, tributária e trabalhista de seus empregados, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores;
- 20.1.4. A contratada deverá elaborar todos os desenhos com o conteúdo e consistência das informações técnicas de acordo com o que prescrevem as normas da ANAC, AERONÁUTICA e INFRAERO;
- 20.1.5. Deverá a contratada aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que fizerem nos serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato (Art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93);
- 20.1.6. A contratada deverá alocar profissionais altamente especializados para o desenvolvimento dos trabalhos. A qualquer tempo, a Fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da contratada, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos;
- 20.1.7. A elaboração dos produtos - projetos, especificações, orçamentos, pareceres etc. - deverá ser realizada nas instalações da contratada;
- 20.1.8. A contratada não divulgará nem fornecerá dados ou informações obtidos em razão deste contrato, e não utilizará o nome do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGENS E TRANSPORTES - DER/RO, para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia;
- 20.1.9. A contratada emitirá relatórios mensais das atividades desenvolvidas, de cunho gerencial, onde constarão todas as informações pertinentes e/ou solicitadas pela Fiscalização;
- 20.1.10. As aprovações dos estudos e projetos por parte da Fiscalização, incluindo memoriais de cálculo, não eximem a responsabilidade técnica da Contratada sobre sua autoria, nem caracterizam responsabilidade técnica solidária.
- 20.1.11. Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.
- 20.1.12. Fazer acompanhar, quando da entrega do material, a respectiva Nota Fiscal/Fatura, na qual deve haver referência ao processo e a respectiva nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto da presente contratação com seus valores correspondentes.
- 20.1.13. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto desta contratação em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação para tal;
- 20.1.14. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao DER/RO ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 20.1.15. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na contratação.
- 20.1.16. Retirar a Nota de Empenho e assinar Termo Contratual ou instrumento equivalente junto ao Contratante no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da convocação.
- 20.1.17. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, decorrentes de modificações de quantitativos ou projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o Art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo os mesmos, objeto de exame deste DER/RO.
- 20.1.18. Qualquer alteração, modificação ou correlatos referente a projetos e execução dos serviços deve ser solicitado a equipe de fiscalização do de contrato para análise e anuência.
- 20.1.19. Realizar cadastro no sistema SEI (www.sei.ro.gov.br) bem como, manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.
- 20.1.20. De forma a atender o **Decreto Estadual nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021**, a contratada deve adotar o emprego de mão de obra formada por pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos do sistema prisional, no percentual mínimo de 2% (dois por cento).

20.2. DA CONTRATANTE:

- 20.2.1. Realizar os pagamentos nos prazos e condições estabelecidos no item 16 deste instrumento;
- 20.2.2. Prestar informações indispensáveis a regular execução do contrato e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
- 20.2.3. Realizar a fiscalização e o gerenciamento da entrega do objeto.
- 20.2.4. Registrar os defeitos, as falhas e as imperfeições detectadas e comunicar à Contratada.
- 20.2.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo fornecedor;
- 20.2.6. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa vencedora possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste termo de referência;
- 20.2.7. Conferir e aprovar os bens entregues pela empresa vencedora desde que atendidas as especificações constantes deste termo de referência;

20.2.8. Remeter à Contratada a expedição da Ordem de Fornecimento para que se efetue seu recebimento no prazo estipulado.

20.2.9. Zelar pela preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

21. **DA INEXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

21.1. Pela inexecução parcial dos serviços a Contratada estará sujeita à multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;

21.2. Pela inexecução total dos serviços a Contratada estará sujeita à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor global do Contrato;

21.3. A incidência de quaisquer das multas moratórias previstas neste instrumento não eximirá a Contratada da obrigação de efetuar os reparos e correções necessários dos serviços.

22. **DAS GARANTIAS:**

22.1. Para assegurar a fiel execução dos compromissos ajustados, a Contratada deverá prestar garantia correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, podendo optar por uma das seguintes modalidades previstas no art. 56, § 1º da Lei nº 8.666/1993: Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; Seguro-garantia; ou Fiança bancária.

22.2. Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, seu valor será depositado em conta corrente específica indicada pelo Contratante para tal fim;

22.3. Se a opção de garantia recair em título da dívida pública, este deve ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelo valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

22.4. Se a opção de garantia se fizer em seguro-garantia ou fiança bancária, esta deverá conter expressamente a cláusula de prazo de validade igual ou superior ao prazo de execução do contrato;

22.5. A fiança bancária deverá ser emitida por estabelecimento sediado ou legalmente representado pelo Brasil, para ser cumprida e exequível na cidade de Porto Velho/RO;

22.6. No caso de posterior alteração ou reajuste no valor do contrato, a Contratada ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido, devendo fazê-lo no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da notificação expedida pelo DER/RO;

22.7. Se a garantia apresentada, conforme o caso, deixar de ser hábil para o fim a que se destina, a Administração notificará a Contratada, para que a substitua no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação;

22.8. Se a Contratada desatender qualquer dos prazos acima referidos incorrerá na multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados a Administração, salvo na ocorrência de motivo aceitável justificado tempestivamente até o último dia de prazo. Nesse caso, será indicado novo prazo à Contratada, o qual, se descumprindo, acarretará a aplicação da penalidade acima referida;

22.9. A garantia e seus reforços responderão pelo inadimplemento das condições contratuais, pela entrega incompleta da obra ou dos serviços e por eventuais multas ou penalidades, independentemente de outras cominações legais;

22.10. Uma vez aplicada a multa à Contratada, e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, a Administração poderá convocá-la para que complemente aquele valor inicialmente oferecido;

22.11. Após o recebimento definitivo dos serviços a garantia prestada será liberada ou restituída à Contratada, de acordo com a forma de prestação;

22.12. O valor da caução feita em dinheiro será atualizado monetariamente e restituído mediante crédito na mesma conta corrente utilizada para liquidação da despesa decorrente da execução do contrato;

22.13. Os documentos que constituem o seguro-garantia e/ou a fiança bancária serão devolvidos ou baixados na mesma forma como foram prestados;

23. **SANÇÕES:**

23.1. Pela Inexecução total ou parcial do objeto, o DER-RO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes sanções:

23.1.1. Advertência, que será aplicada por meio de notificação, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

23.1.2. Multa moratória correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso;

23.1.2.1. A multa moratória será aplicada a partir do 1º dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação;

23.1.3. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na assinatura do instrumento contratual ou no recebimento da Ordem de Fornecimento ou da Nota de Empenho, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

23.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa injustificada em assinar o contrato, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente (nota de empenho), ou em receber a Ordem de Fornecimento, caso em que será caracterizada a inexecução total do contrato, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

23.1.5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço não entregue, no caso de inexecução parcial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO pela execução parcial do contrato;

23.1.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO;

23.1.7. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço não entregue, pela recusa injustificada na substituição de material defeituoso no prazo estabelecido neste Termo de Referência;

23.1.8. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do serviço não entregue, por dia de atraso na substituição do projeto defeituoso, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será considerada a inexecução parcial do contrato, salvo em caso de justificativa aceita pela administração;

23.2. A multa prevista nos subitens **23.1.2**, **23.1.3** e **23.1.8** poderão ser aplicadas isoladas ou em conjunto com as previstas nos subitens **23.1.5** e **23.1.6**;

23.3. As multas eventualmente impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos a que fizer jus, acrescidas de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber do Contratante, ser-lhe-á concedido o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, os dados da Contratada serão encaminhados ao órgão competente para inscrição em dívida ativa.

23.4. O convocado que, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do serviço, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, e será descredenciado do Sistema de Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no presente instrumento e das demais cominações legais.

23.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro estadual de fornecedores impedidos de licitar, e no caso de suspensão de licitar, a empresa contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais cominações legais.

24. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO:

Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos nos artigos 27 a 31 e 40, inciso VI da Lei 8.666/93, documentação relativa a:

24.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>, podendo ser substituída por outro documento que comprove o atual enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista a desburocratização e simplificação da função administrativa do Estado;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI, podendo ser substituída por outro documento que comprove o atual enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista a desburocratização e simplificação da função administrativa do Estado;

f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; Elaboração: Bernardo – Pregoeiro, Consultor e Professor de Licitações e Contratos Administrativos

g) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 7.775, de 2012. h) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165). i) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

j) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

24.2. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c.1) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto. O licitante deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
- d) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; f) Certidão de Regularidade de Débito - CND, relativa às Contribuições Sociais fornecida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

24.3. REGULARIDADE TRABALHISTA:

- 24.3.1. Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

24.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei nº. 11.101/05 (recuperação judicial, extrajudicial e falência) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.
- a.1). Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro verificará se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58 da Lei 11.101/2005.
- a.2) Caso a empresa licitante não obteve acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica
- b) Balanço Patrimonial, referente ao último exercício financeiro, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes, para que o Pregoeiro possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas a mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídas a menos de um ano), de no máximo 10% (dez por cento) do valor estimado para o item/lote no qual estiver participando.
- b.1) no caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;
- b.2) caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotes em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta; Elaboração: Bernardo – Pregoeiro, Consultor e Professor de Licitações e Contratos Administrativos
- b.3) as regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).
- c) As empresas que comprovadamente apresentam escrituração contábil digital (ECD), via Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, poderão participar da futura licitação, excepcionalmente, apresentando Balanço Patrimonial referente ao exercício 2019, até a data estipulada na Instrução Normativa Nº 2039/2021, da Receita Federal do Brasil.

OBS: A redação modelo disponibilizada na alínea “c”, mencionada a IN nº 2039/2021, da RFB, que fixa regras específicas, com validade até 30/09/2021. Após essa data, verificar se haverá outra IN apta a prorrogar o prazo hoje em vigor; caso haja, atualizar a redação acima. Se não houver, deixar de utilizar/inserir a redação acima nos Termos de Referência.

24.5. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 24.5.1. Comprovação de registro ou inscrição da empresa contratada, bem como de seu(s) responsável(is) técnico(s), junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, dentro de seu prazo de validade, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA;
- 24.5.2. Comprovar que possui Profissional de nível superior, Responsável pela execução dos serviços, com graduação em Engenharia que seja compatível ao objeto deste termo, detentor de atestado(s) ou certidão(ões) emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado(s) do(s) respectivo(s) certificado(s);

24.5.3. Capacitação técnico-profissional: comprovação da empresa Contratada de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de **responsabilidade técnica de características semelhantes ao objeto deste Termo de Referência**, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos, conforme o Art. 30, § 1º inciso I da Lei Federal Nº 8.666/93;

24.5.4. Certidão de Acervo Técnico (CAT) dos profissionais indicado(s) pela empresa contratada, por execução de obras e/ou serviços de características semelhantes ao objeto da contratação, que será(ão) do(s) profissional (ais) responsável(is) técnico(s) pela obra;

24.5.5. O fornecimento de 01 (um) ou mais atestado de capacidade técnica devidamente averbados no CREA em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove **a execução anterior de serviços de com características semelhantes ao objeto deste Termo de Referência**. Os atestados serão aceitos somente quando houver a indicação do nº da ART que lhe deu origem e acompanhado do CAT do profissional, referente ao atestado apresentado;

24.5.6. Apresentação do Certificado de Habilitação Técnica (CHT) para execução dos serviços de implantação de PAPI por profissional pertencente ao quadro técnico da empresa participante do certame emitido pelo **DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - DECEA, órgão do Comando da Aeronáutica**, nos termos da **ICA 63-10/2016**, de forma a comprovar a qualificação para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

24.5.7. Relação Explícita e formal de responsabilidade das instalações, do aparelhamento, ferramental, veículos e do pessoal técnico adequado, necessário e disponível para a realização do objeto da presente demanda, ainda, a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalho;

24.5.8. Prova de Registro e quitação da licitante e de seu Responsável Técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), ou ainda no órgão competente ao da categoria, da região da sede da empresa, bem como documento que comprove o vínculo deste com a empresa;

24.5.9. Declaração informando que o(s) profissional(is) detentor(es) do atestado(s) técnico será(ão) o responsável(is) pela execução dos serviços, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissional(is) de habilitação equivalente, desde que aprovada pela CONTRATANTE.

24.5.10. Não será admitido atestado de fiscalização ou supervisão de obras/serviços.

24.6. **DA VISITA TÉCNICA AO LOCAL DO SERVIÇO:**

24.6.1. A VISITA TÉCNICA tem por finalidade permitir que os LICITANTES realizem avaliação própria da quantidade e da natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do OBJETO da CONCESSÃO, formas e condições de suprimento, meios de acesso ao local e para a obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários à preparação da sua proposta e documentos de habilitação, bem como para a realização das obras, serviços e atividades.

24.6.2. A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da visita, sendo neste caso necessário apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

24.6.3. O representante indicado através do requerimento acima deverá comparecer ao local da visita portando o documento de identidade.

24.6.4. A empresa interessada deverá apresentar Declaração de Visita e conhecimento geral da logística do local da obra, assinada pelo Responsável Técnico e pelo Representante Legal da empresa.

25. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

25.1. O julgamento dar-se-á pelo critério de menor preço, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste instrumento.

26. **DA SUBCONTRATAÇÃO:**

26.1. Ficam vedadas a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto.

27. **DO CUMPRIMENTO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.783. DE 1º DE FEVEREIRO DE 2021, QUE REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 2.134, DE 23 DE JULHO DE 2009**

27.1. Conforme consta no Art. 1º - Fica regulamentada a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009, que "Dispõe sobre a reserva de vagas para apenados no regime semi-aberto e egressos do sistema penitenciário nas contratações para prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra à Administração Pública do Estado de Rondônia.", com fulcro no § 5º do art. 40 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências."

27.2. De forma a atender o Art. 2º do Decreto Estadual Nº 25.783 de 01/02/2021, na contratação de prestação de serviços com fornecimento de mão de obra, os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional deverão exigir da contratada, o emprego de mão de obra formada por pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos do sistema prisional, no percentual mínimo de 2% (dois por cento).

27.3. Tal exigência consta no **item 20.1.20** do presente Termo de Referência, relacionado aos **Deveres da Contratada**.

28. **DA VIGÊNCIA:**

28.1. O prazo de vigência do contrato será de **210 (duzentos e dez)** dias contados a partir da emissão da ordem de serviços, prazo esse estipulado para atender o prazo de execução e o prazo de emissão do DCI junto ao DECEA/CINDACTA, conforme cronograma previsto no Plano de Trabalho nº 10/2020, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº. 8666/93.

29. DO ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da entrega dos materiais, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do objeto, devendo ser exercido "in loco" pela Gerência Administrativa, quem estiver substituindo-os(as) ou outro designado pela Administração, o qual caberá prestar as informações necessárias sobre o fornecimento e eventuais ocorrências visando efetuar os registros em livro próprio e tomadas as providências para solução dos fatos apontados, nos termos do art. 69 da Lei 8.666/1993 e suas alterações, além de observar a Instrução Normativa nº 01/2020/CGE-GAP (Processo Administrativo 0009.173257/2020-51 id 0011323568).

29.1. O Gestor do Contrato abrange as seguintes responsabilidades:

- a) responsável pelo preparo, coordenação, acompanhamento, conclusão e demais atos gerenciais dos contratos, no todo ou por tarefas especificamente designadas,
- b) zelar pelo cumprimento das cláusulas contratuais, inclusive pela proposta de aplicação de penalidades, no sentido de garantir a adequada execução dos contratos celebrados.
- c) Compete ao Gestor do Contrato as seguintes atividades, sem prejuízo de outras que lhes sejam conferidas em leis ou regulamentos:
- d) Coordenar, certificar e acompanhar das atividades relacionadas a seguir:
- e) Fiscalização técnica;
- f) Fiscalização administrativa;
- g) Fiscalização setorial;
- h) Fiscalização pelo público usuário;
- i) Adotar providências tempestivas de acordo com necessidade e especialmente nos casos de inadimplemento;
- j) Providenciar atos preparatórios à instrução processual;

29.1.1. Encaminhar a documentação pertinente aos demais setores responsáveis pela formalização dos procedimentos contratuais, como notificações, pagamentos, prorrogações, alterações, reequilíbrio, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

29.1.2. Verificar e conferir aspectos relacionados a conformidade, regularidade e legalidade dos atos e procedimentos contratuais e principalmente para legitimar a fiscalização e a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado, e ainda, para orientar as autoridades competentes para adotar medidas necessárias que extrapolem a competência da gestão do contrato, quando for o caso de aplicação de sanções, rescisões contratuais e outras ações relacionadas;

29.1.3. Tratar com o preposto da contratada, para exigir o cumprimento do contrato, e ainda, para sugerir eventuais alterações que possam melhorar a execução contratual; Assim como sobre assuntos que extrapolem a competência da fiscalização do serviço, principalmente quanto à documentação e sua respectiva formalização, quando for o caso de garantias contratuais; termos aditivos por alteração no projeto; termos aditivos para prorrogação dos prazos de vigência contratual e de execução; da publicação dos extratos; da verificação da manutenção das condições de habilitação; da documentação para fins de pagamento, especialmente quanto aos comprovantes de pagamentos de salários de funcionários, taxas, impostos e outros; certificar as certidões apresentadas pela contratada; entre outras providências relacionadas;

29.1.4. Coordenar e organizar a reunião inicial entre a Contratada e a Contratante (Com participação de representantes da Direção, da Gestão, da Fiscalização técnica, da Procuradoria Jurídica e da Controladoria Interna);

29.1.5. Antes de emitir a Ordem de Fornecimento/Serviço, o Gestor deve atestar a conformidade e a viabilidade das condições pertinentes as suas atribuições e competências e também atestar o respectivo documento elaborado pelo fiscal e pelo preposto da contratada quanto à conformidade e viabilidade para execução dos serviços;

29.1.6. Emitir a Ordem de Fornecimento/Serviço, presencialmente e/ou enviada por e-mail através do SEI;

29.1.7. Coordenar e atestar a realização das atividades do Fiscal Técnico, quanto ao acompanhamento da execução, da fiscalização, dos relatórios de fiscalização periódicos e específicos, da planilha de medição atualizada, do cronograma físico-financeiro atualizado;

29.1.8. Coordenar, atestar e certificar a documentação e certidões entregues pela Contratada, quanto à existência, conformidade, legalidade e demais ações necessárias para fins de pagamento;

29.1.9. Realizar e coordenar cada etapa do contrato e tomar medidas para melhor execução contratual, referente às situações pertinentes;

29.1.10. Apreçar e decidir quanto aos documentos apresentados pela Contratada, e solicitar quando entender necessário Parecer da Fiscalização, Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica ou Procuradoria, ou Parecer do Controle Interno;

29.1.11. Conferir os procedimentos quanto a execução, supervisão e fiscalização dos contratos, com indicação do responsável pela elaboração das especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico financeiro, e outros;

- 29.1.12. Realizar o recebimento provisório e o recebimento definitivo mediante a elaboração dos seus respectivos termos circunstanciados;
- 29.1.13. Emitir notificações para empresa contratada;
- 29.1.14. Iniciar processo para averiguação da aplicação de sanções e penalidades como advertência, multa, retenção de pagamentos, garantia;
- 29.1.15. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação, por meio do SICAF ou outro meio adequado e previsto na legislação;
- 29.1.16. Realizar a verificação e a conformidade da documentação dos atos do processo, especialmente quanto:
- a) Documentação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como juntada dos documentos probantes, nos respectivos processos administrativos de liquidação e pagamento, e de acompanhamento e análise da documentação trabalhista e previdenciária; - Art.27. da Lei 8666;
 - b) manutenção do registro atualizado dos empregados diretos e terceirizados vinculados ao contrato sob sua gestão que precisem ter acesso às dependências do Tribunal;
 - c) Certidão negativa de tributos federais/certidão conjunta de tributos federais e Dívida Ativa da União – INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/CGE/2005;
 - d) Certidão negativa de débitos junto às fazendas estadual ou distrital e municipal do domicílio sede da contratada – de acordo com: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/CGE/2005;
 - e) Certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros (CND);
 - f) Certidão de regularidade do (FGTS/CRF) - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/CGE/2005;
 - g) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT) – Art. 27; Art. 29; Art.71. da Lei 8666; de acordo com: Lei 4320 Art.63; INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº5/2017/PORTAL DE COMPRAS GOV FEDERAL ART.39; h) Comprovação de pagamento de salários, inclusive férias e 13º salário, quando cabível, de vale-transporte e de vale-alimentação na forma do artigo 13 desta Portaria – TCU Nº444/2018 Art.64;
 - h) Extratos comprobatórios do recolhimento do FGTS e da contribuição social previdenciária (INSS) na forma dos artigos 10 e 11 da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/CGE/2005;
 - i) Guias da Previdência Social (GPS – Pagamento do INSS) e Guias de Recolhimento do fundo de garantia do tempo de serviço (GFIP – pagamento do FGTS) quitado e Informações à Previdência social com comprovante de entrega. (AC) (Portaria – TCU nº 120, de 14/05/2014, BTCU nº 15/2014);
 - j) Comprovação dos recolhimentos do ISSQN relativa ao mês faturado, conforme Art. 6º da Lei Complementar Federal n. 116/2003 e Art. 18 da Lei Complementar Municipal n. 369 de 22/12/2009;
 - k) Zelar pelo bom relacionamento com a Contratada, mantendo um comportamento ético, probo e cortês, considerando encontrar-se investido na qualidade de representante da Contratante;
 - l) Juntamente com a equipe de fiscalização e/ou equipe de recebimento, proceder a elaboração do termo circunstanciado de recebimento provisório e definitivo do objeto, desde que os serviços contratados estejam em condições de serem recebidos;
- 29.1.17. Acompanhar e controlar o saldo do empenho, de modo a facilitar o acompanhamento das despesas;
- 29.1.18. Realizar constantes avaliações dos serviços contratados, propondo medidas com vistas à redução dos gastos, bem como aquelas que visem melhor racionalização dos serviços, e quando necessário, encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificação contratual;
- 29.1.19. Acompanhar o prazo de vigência do Contrato e comunicar à autoridade competente o seu término, com antecedência de 90 (noventa) dias, no caso de prorrogação, e de 120 dias (cento e vinte) dias, no caso de nova contratação; e
- 29.1.20. Acompanhar a manutenção das condições da classificação e da habilitação da contratada;
- 29.2. O Fiscal do Contrato é o servidor formalmente designado pela autoridade competente para fiscalizar a correta execução do objeto contratado, sendo responsável:
- a) Por exigir da Contratada o fiel cumprimento do objeto do Contrato, de acordo com as especificações contidas no edital e termo de referência, assim como o pronto atendimento das solicitações;
 - b) Verificação quanto a conformidade dos materiais/serviços, e ainda, os documentos de cobrança que deverão ser atestados pela fiscalização do Contrato ou setor responsável e enviados ao setor competente para o devido pagamento;
 - c) Em caso de não conformidade, a Contratada será notificada por escrito ou, dependendo do grau da inconformidade, via telefone, sobre as irregularidades apontadas para as providências do art. 69 da Lei 8.666/1993 e suas alterações, no que couber;
 - d) Pelo acompanhamento direto e mais próximo da execução do contrato, com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, sempre aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado.
- 29.3. Compete ao fiscal as seguintes atividades, sem prejuízo de outras que lhes sejam conferidas em leis ou regulamentos:

- 29.3.1. Realizar a fiscalização do contrato “in-loco”, especialmente e especificamente quanto à conformidade entre o executado pela Contratada com o previsto em contrato, assim como fiscalizar quanto aos demais aspectos técnicos referentes ao objeto;
- 29.3.2. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução, a quantidade e os valores dos serviços pela Contratada que estiverem de acordo com o previsto contratualmente;
- 29.3.3. Atentar especialmente aos aspectos referentes à qualidade dos materiais adquiridos/serviços executados, ao cronograma físico-financeiro, planilha orçamentária; irregularidades de execução; acidentes; problemas de projetos, de planilhas, de cronograma físico-financeiro e demais assuntos pertinentes ao objeto do contrato;
- 29.3.4. Orientar e esclarecer dúvidas do contratado. Tais esclarecimentos não alteram a responsabilidade da contratada pela sua correta execução;
- 29.3.5. Realizar mensalmente a aferição das aquisições/serviços quanto a sua correta execução e regularidade, assim como as etapas e quantitativos executados;
- 29.3.6. Realizar a atualização da planilha orçamentária e do cronograma físico-financeiro com o avanço mensal, e relatório fotográfico que ateste a execução do contrato;
- 29.3.7. Identificar e verificar a existência de fatores que apresentam probabilidade e/ou riscos de influenciar e prejudicar a execução contratual;
- 29.3.8. Manifestar periodicamente e sempre que entender necessário quanto ao andamento do contrato, repassando informações para conhecimento e ações necessárias da equipe de gestão e fiscalização do contrato, bem como, para demais servidores e autoridades competentes;
- 29.3.9. Dar suporte ao gestor do contrato adotando todas as providências necessárias ao correto acompanhamento da sua execução e informando sobre a situação de cada contrato;
- 29.3.10. Antes de emitir a Ordem de Fornecimento/Serviço, o Fiscal deve elaborar e encaminhar ao Gestor do Contrato o atestado de conformidade e viabilidade das condições pertinentes as suas atribuições e competências, juntamente com o respectivo documento elaborado pelo preposto da contratada quanto à conformidade e viabilidade para a execução;
- 29.3.11. Emitir notificações pela desconformidade da execução do objeto contratado que servirá de subsídios à gestão do contrato;
- 29.3.12. Realizar o recebimento provisório e o recebimento definitivo mediante a elaboração dos seus respectivos termos circunstanciados;
- 29.3.13. Emitir relatório de fiscalização com periodicidade mensal para fins de pagamento e acompanhamento da execução contratual;
- 29.3.14. Emitir relatório de fiscalização específica sempre que existir situação que seja necessária deixar registrado para o melhor entendimento do andamento da execução contratual;
- 29.3.15. Receber e certificar a nota fiscal e demais faturas pertinentes aos serviços acompanhados;
- 29.3.16. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- 29.3.17. Quando cabível, manter o controle das ordens de fornecimento/serviço emitidas e cumpridas;
- 29.3.18. Controlar o prazo de vigência do contrato e comunicar ao Gestor do Contrato o seu término, com antecedência de 100 (cem) dias, no caso de prorrogação; e de 130 (cento e trinta) dias, no caso de nova contratação;
- 29.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material(is) inadequado(s) ou de qualidade(s) inferior(es), e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

30. **DOS CASOS OMISSOS**

- 30.1. Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste termo de referência e seus anexos, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos respeitado o objeto dessa contratação, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a lei nº 8.666/93.

31. **DO FORO:**

- 31.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive às questões entre a empresa **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, decorrentes desta aquisição.

32. **ANEXO I**

Memorial Descrito e Especificações Técnicas Implantação de Farol Rotativo, Biruta, Iluminação de Pátio de Aeronaves e Sinalização Vertical Luminosa (ID 0020084578);

Planta Painéis Verticais (ID 0020084987);

Planta Farol Rotativo (ID 0020085045);

Planta Biruta (ID 0020085109);

Planta Farol, Biruta, iluminação de Pátio e Placa (ID 0020085270);
Planta Iluminação de Pátio (ID 0020085595);
Planta Detalhes Caixas de Passagem e Poço de Aterramento (ID 0020085687);
Planta Iluminação de Pátio (ID 0020085595);
Memorial Descrito e Especificações Técnicas Implantação de Sistemas Indicadores de Precisão de Trajetória de Aproximação (papis) cab. 03 e 21 (ID 0020084486);
Planta PAPI - Indicação de Trajetória de Planeio (ID 0020086644);
Planta PAPI - Detalhes de Unidade de Luz (ID 0020086746);
Planta PAPI - Detalhe do Pé Frangível (ID 0020086865)
Planta PAPI - Abrigo Metálico (ID 0020086953)
Planta PAPI - PAINEL de Controle Remoto (0020087060)
Planta PAPI - Transformador de Isolamento (0020087146)
Planta PAPI - Kit Conector kV SN10 (ID 0020087310)
Planta PAPI - Cabo Conector Duplo (ID 0020087406);
Planta PAPI - Princípio de Operação (ID 0020087552)
Planta PAPI - Detalhe da Instalação (ID 0020087658)
Planta PAPI - Aterramento das Unidades de Luz (ID 0020087731)
Planta PAPI - Instalação do RCC (ID 0020087865)
Planta PAPI - Base de concreto - vistas e perspectivas (ID 0020088001)
Planta PAPI - Base de concreto - armação (ID 0020088155)
Planta PAPI - Detalhes de ajuste angular (ID 0020088312)
Planta PAPI - Marcos de aferição (ID 0020088453)
Planta PAPI - Caixas de Passagens (ID 0020088528)
Planta PAPI - Rede de Dutos (ID 0020088572)
Planta PAPI - Detalhe do Feixe de luz (ID 0020088634)
Planta PAPI- Croqui Posicionamento das unidade de luz e P.O. CAB 03 (ID 0020088995)
Planta PAPI- Croqui Posicionamento das unidade de luz e P.O. CAB 21 (ID 0020089150)
Planta PAPI - Poço de Aterramento (ID 0020089308)
Planta PAPI - Diagrama Unificar do QDF (ID 0020089455)
Planta PAPI - Diagrama Unificar Geral (ID 0020089527)
Planta PAPI - Proteção contra sobretensões (ID 0020089723)
Planta PAPI - Diagrama de blocos de instalação (0020090060)
Planta KF - Planta Baixa (ID 0020090214)
Planta Situação Vilhena (0020090261)

Porto Velho-RO, 21 de outubro de 2021

PHILIPPE RODRIGUES MAIA LEITE
Coordenador de Infraestrutura Aeroportuária

PAULA BASTOS DE PAULA
Assessora Técnica

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **PHILIPPE RODRIGUES MAIA LEITE, Coordenador(a)**, em 06/12/2021, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **PAULA BASTOS DE PAULA, Assessor(a)**, em 06/12/2021, às 12:37, conforme horário



oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA, Diretor(a)**, em 06/12/2021, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0022615726** e o código CRC **81056D27**.

Referência: Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0009.336820/2021-90

SEI nº 0022615726